

HOMENS NO ENSINO DE LÍNGUAS PARA CRIANÇAS

MEN IN LANGUAGE TEACHING TO CHILDREN

Robert Marcos Moreira dos Santos¹

Resumo: Este estudo nasceu da necessidade de abordar um assunto que tem ganhado cada vez mais espaço no ambiente escolar, contudo, pouco se tem discutido de fato sobre o mesmo. Entende-se que a presença de professores do gênero masculino atuando no ensino de línguas e nas series iniciais ainda é algo novo para a maioria da sociedade, razão pela qual essa discussão faz-se tão necessária. Busca-se com isso dá um pequeno passo em direção a tão falada igualdade que é pregada e não é vivenciada. De modo que o objetivo geral deste estudo é verificar como a escolha de atuar na educação básica pode gerar problemas para o homem que inicia sua carreira na docência. Até onde o preconceito social

¹ Mestrando pelo Programa de pós graduação em Linguística Aplicada (PPGLA), na UnB. Especialista em Educação Infantil, Alfabetização E Educação Especial, Metodologias de ensino e aprendizagem, além de formação de professores; Gestão Escolar com Ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar e Metodologia do Ensino Superior EAD pela Faculdade Iguazu. Estou em formação em Letras Português na UnB e Pedagogia no instituto Cicep. Licenciado em Língua Espanhola e Suas Respectivas Literaturas pela Universidade de Brasília (UnB), Atuante no grupo de pesquisa Multilíngues Estrangeiras Para Crianças (MULEC- UnB), Pesquisador Científico na área de ensino de Língua Espanhola para Crianças.

pode trazer prejuízos aqueles que decidem seguir a carreira na docência. A metodologia escolhida para a realização deste estudo é a pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se na literatura existente as bases para nortear este trabalho. Conclui-se que muito ainda precisa ser feito para que os homens possam de fato obter reconhecimento e espaço dentro do ambiente escolar por seu desempenho enquanto profissionais e não apenas por seu gênero.

Palavras-chaves: Educação infantil. Ensino de língua estrangeira. Homens.

Abstract: This study was born from the need to address a subject that has gained more and more space in the school environment, however, little has actually been discussed about it. It is understood that the presence

of male teachers working in language teaching and in the initial grades is still something new for most of society, which is why this discussion is so necessary. In this way, we seek to take a small step towards the so-called equality that is preached and not lived. So, the general objective of this study is to verify how the choice to work in basic education can generate problems for the man who starts his career in teaching. How far can social prejudice harm those who decide to pursue a career in teaching. The methodology chosen to carry out this study is bibliographical research, in which the bases to guide this work were sought in the existing literature. It is concluded that much still needs to be done so that men can actually gain recognition and space within the school environment for their performance as professionals and not just for

their gender.

Keywords: Child education. Foreign language teaching. Men.

INTRODUÇÃO

As argumentações acerca da presença de docentes do sexo masculino na educação vêm acontecendo com uma frequência cada vez maior na esfera das asserções de gênero. Segundo Cardoso (2004), na atualidade, argumentações referentes a crise da masculinidade, alterações no comportamento masculino, modificações em seus papéis sociais e o aparecimento de um novo homem, têm progressivamente conquistando espaços e proporções nos discursos encontrados nas universidades, na literatura, nas mídias e em outros espaços sociais. No momento em que se cria uma oportunidade para dis-

cutir ou problematizar algum fato novo em determinada esfera da sociedade, esbarramo-nos com preconceitos e em alguns casos com violências simbólicas, que nos fazem meditar acerca da configuração que ainda se concebe na sociedade, de maneira geral.

Ainda causa espanto para a sociedade a presença do homem na educação básica, assumindo papel que até bem pouco tempo era exclusivamente desempenhado por mulheres, entende-se que, culturalmente, para alguns pode ser chocante, visto que a sociedade em geral, organiza-se de forma segregada, em que se definem rigidamente os papéis do homem e da mulher no grupo social. Definindo claramente os lugares e funções que os homens devem ocupar, assim como, as aptidões que devem possuir.

Atualmente, a organização estrutural das famílias tem mudado bastante, o que fez com que cada vez mais mulheres ingressem em cargos e trabalhos antes vistos como “exclusivamente” masculinos, e ganhando destaque por possuírem as habilidades que nossa sociedade caracteriza como femininas. No entanto, ao considerarmos o inverso dessa situação, nota-se que a aceitação do gênero masculino em funções nas quais a presença feminina ainda continua marcante não ocorre de maneira positiva, expondo os homens que se aventuram nesse território a inúmeros preconceitos sociais e vários desafios.

Levando em consideração que a esfera do cuidado infantil, este preconceito torna-se evidente. Entretanto, Cruz (1996) disserta que a educação infantil trata-se de um trabalho profissio-

nal. Portanto, deve-se exigir para aqueles que desejam desenvolver esta função as competências necessárias para assumir o cargo docente e estas vão além de habilidades e características que compreendam cuidados e afeto. Esta é uma fase em que a criança precisa de desenvolvimento, portanto, não pode ficar dependente de características pessoais. De modo que, faz-se o questionamento se o ato de cuidar/educar deve ser uma competência atribuída somente ao gênero feminino.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é verificar como a escolha de atuar na educação básica pode gerar problemas para o homem que inicia sua carreira na docência. Como objetivos específicos tem-se verificar na literatura disponível acerca dos principais problemas vivenciados pelos homens que escolhem atu-

ar como professores da educação básica. Compreender as razões que fazem com que o pedagogo do gênero masculino nem sempre conseguir atuar no ensino infantil com a mesma aceitabilidade do gênero feminino. Verificar possíveis opções para resolver a dificuldade de interação do pedagogo do gênero masculino no ensino infantil.

A metodologia escolhida para a realização deste estudo é a pesquisa bibliográfica, na qual é realizada o levantamento das referências teóricas já analisadas, e publicadas através de meios escritos e eletrônicos, haja visto que toda pesquisa se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que possibilita ao pesquisador conhecer o que já se estudou referente o tema escolhido.

Este estudo justifica-se pela enorme necessidade de discutir-se o assunto tão presente

no cotidiano dos profissionais da educação, mas tão esquecido em buscar-se uma integração e aceitação por parte da sociedade desses profissionais que em muitas situações são vítimas de preconceito por parte da escola, família e sociedade. Espera-se com isso influenciar a elaboração de novas pesquisas e estudos relacionados ao tema abordado, contribuindo com aqueles que buscam cada vez mais aprendizado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A permanência das barreiras para o ingresso do pedagogo do sexo masculino no Ensino Infantil

A Educação Infantil é presumivelmente a etapa educacional na qual o laço existente entre o aluno e sua família é o mais estreito, uma vez que este é o momento das descobertas,



visto que a criança está iniciando sua vida escolar, deixando de usar fraldas, introduzindo a alimentação. É uma fase em que a criança constrói percepções de identidade e independência. Na maioria das situações, o quadro profissional da Educação Infantil, é composto predominantemente por mulheres, especialmente por ser facultado seu trabalho ao cuidar materno, razão que leva muitas mulheres a se perceberem com a pedagogia, repelindo o gênero masculino desta.

De modo que a presença masculina no campo da educação é ainda principiante, levantando com isso questões emergentes na sociedade acerca do preconceito e da discriminação. A mulher sempre foi a escolha prioritária e presente nas profissões relativas à criança, por conta do instinto maternal. Em contra partida, a figura masculina teve seu per-

fil distanciado, em grande parte em razão das questões históricas, culturais e sociais. Geralmente, o homem tende a buscar profissões que sejam mais valorizadas, que promovam a ascensão social.

Contudo, a profissão de professor não possui a devida valorização, bem como a mulher, que vem sofrendo durante séculos com a diferenciação entre os gêneros, conflito que ainda está atrelado à população, que qualifica a mulher como mais apropriada ao exercício da profissão.

Diante disso, tem-se várias questões que precisam ser trabalhadas, visto que, em muitas situações, a mulher sofre discriminação em certos empregos, recebendo salários menores e cargos inferiores aos homens, no entanto, neste caso, vivencia-se uma situação completamente oposta. A atuação do gênero masculino na área da educação

infantil é vista com extrema desconfiança, sendo vítimas de julgamentos e falta de aceitação.

As razões para isso são muitas, pode – se destacar algumas como a desconfiança das famílias, em razão dos crescentes casos de estupro e abuso que vitima menores, no qual a maior porcentagem de acusados são homens, como também pelo paradigma enraizado na sociedade que relaciona a maternidade, a mulher e a capacidade para cuidar de crianças pequenas. Esse tipo de comportamento deve ser combatido, haja visto que já se tem provado que o simples fato de ser uma pessoa do sexo feminino não a torna mais apta a trabalhar com crianças.

Por muito tempo, a educação infantil foi considerada como responsabilidade das famílias ou dos grupos sociais nos quais as crianças estivessem in-

seridas, de modo que não haviam instituições especializadas aos cuidados e a educação de crianças pequenas. Foi somente após a criação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 que foi instituída a Educação Infantil como a conhecemos hoje, esta veio como uma forma de complementar a ação da família.

Como ações iniciais foram criadas as creches que em sua maioria tinham a função de atender crianças de 0 a 6 anos de idade em período integral, e estava mais vinculado as políticas de bem estar social e assistencialistas do que propriamente destinadas a educação das crianças que frequentavam o local. Por outro lado, as pré – escolas, atualmente conhecidas como educação infantil tiveram sua criação já dentro do sistema educacional com a função de atender crianças entre 4 e 6 anos e prepara-las para o



processo de alfabetização, outra diferença é que estas funcionavam apenas meio período.

O novo formato das instituições escolares surgiu como consequência das mudanças econômicas, políticas e sociais vivenciadas pela sociedade, uma vez que com a incorporação da mulher ao mercado de trabalho cada vez mais frequente, provocou uma reorganização nos núcleos familiares. De modo que, homens e mulheres tiveram também que assumir novos lugares nas relações sociais.

Existem vários fatores que colaboram com a resistência permanente em relação ao ingresso do gênero masculino na educação infantil, entre eles pode-se destacar a falta de interesse por parte dos profissionais em razão dos baixos salários pagos aos profissionais da educação aliado à sua desvalorização pro-

fissional. No entanto, quando o homem demonstra interesse em atuar nessa categoria, sua presença é encarada com estranheza e questionamentos (LINHARES et al., 2012).

Por conseguinte, o principal motivo para essa estranheza se dá pela definição social dos papéis a serem desenvolvidos pelo homem e pela mulher aos olhos da sociedade. De acordo com Izquierdo (apud CRUZ, 1996, p. 243) ao dissertar acerca das desigualdades de gênero afirma:

Isso supõe que podemos estudar as desigualdades de gênero em termos de estrutura social. A sociedade se encontra estruturada em dois gêneros, o que produz e reproduz a vida humana e o que produz e administra riqueza mediante a utilização da força vital dos seres humanos [...]. Quando fa-

lamos de desigualdade de gênero, é a esse tipo de desigualdade que nos referimos. A desigualdade de gênero se reproduz tanto se as pessoas que desenvolvem essas atividades são mulheres ou não (IZQUIERDO, 1994, p. 49, apud CRUZ, 1996, p. 243).

Visto que o que a sociedade considera e impõe como definição de masculino não é atendida da forma esperada, acontece a negação da possibilidade de um masculino diferente do que é descrito socialmente, levantando com isso a suspeita em relação a identidade sexual do homem que opta por atuar na educação infantil. Os paradigmas sociais preconceituosos acabam prejudicando os homens de assumirem funções que são majoritariamente femininas. Segundo Campos

et al., (1991, p. 55), “quando homens se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas passam a ser suspeitos tanto sobre a sua identidade masculina, quanto sobre sua moralidade”.

Nota-se a prevalência de um conflito hegemônico em relação a definição do masculino, uma vez que, ao passo que o homem deve estar presente no ambiente escolar em funções de segurança, cargos de poder entre outros, não pode ocupar posições que outrora só eram ocupadas por mulheres, constituindo assim uma barreira que dificulta o ingresso de docentes do gênero masculino na educação infantil e, legando para aqueles que ousam ir contra o sistema, posições de preconceito com a qual eles precisam provar constantemente que estão aptos para a realização do trabalho (SAYÃO, 2005).



A função do cuidar também é do homem

Um dos questionamentos que são levantados acerca da atuação do homem na educação infantil trata-se do cuidar. O homem consegue banhar uma criança? Como vai pentear os cabelos das crianças? Saberá trocar corretamente uma fralda? Isso é coisa de homem! De fato, a sociedade machista imputa apenas as mulheres as funções do cuidar, seja da casa, dos filhos, das crianças em uma classe de educação infantil, quando na realidade, os homens são perfeitamente capazes de realizar todas essas funções. Mas, a principal questão a ser levantada, não é se os homens são aptos para a realização destas tarefas e sim derrubar o preconceito que se instalou relativos ao ofício da docência na Educação Infantil pelos homens

(MONTEIRO, 2014).

Portanto, na educação infantil todas as atividades desenvolvidas, sejam elas de cuidados ou não, são pensadas de forma educativa, pois somente assim, a criança se desenvolve de maneira integral. O adulto responsável para atuar nesse processo de desenvolvimento é que deve planejar para que todas as propostas de intervenção tenham funções educativas.

Ao abordar-se o cuidar, faz-se necessário saber do realmente se trata essa prática, que também é educativa. De acordo com Leal (2010) cuidar é mediar, auxiliar, ajudar, construir um espaço favorável ao desenvolvimento da criança, e isso envolve ações que visem a qualidade e a promoção de sua saúde, como: higienização, alimentação, afetividade, organização dos espaços e outros. Segundo o RCN para

Educação Infantil disserta ainda que:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades sociocul-

turais. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma (1998, p.25).

No entanto, faz-se ne-



cessário esclarecer que as necessidades da criança de acordo com a proposta referencial para a Educação Infantil não trata-se apenas de banho, ou dar comida e pentear cabelos, o cuidar compreende a formação, o desenvolvimento humano. Faz parte de um processo educativo que caracteriza a educação integral das crianças, conseqüentemente, quem cuida também educa. Portanto, o educador deve ser um profissional apto para exercer tal função. Compreende-se que para a nossa sociedade, ter um homem trabalhando com crianças pequenas pode causar certo estranhamento, contudo, também pode-se dizer que os homens tem conquistado pouco a pouco esse espaço, embora ainda de maneira escassa.

A metodologia pedagógica na Educação Infantil vem passando por uma nova organi-

zação, sendo organizado especialmente por diversas teorias que possibilitam um olhar crítico acerca da prática de educar. De modo que, uma dessas formas de organização é a rotina. De acordo com Bilória e Metzner (2013), pode – se considerar a rotina como uma categoria pedagógica utilizada pelos docentes para organizar o planejamento e ainda como uma maneira de garantir para as crianças atividades diferentes que tornem o seu tempo na escola divertido e preenchido. Embora a rotina contribua para orientar o desenvolvimento pedagógico, esta não precisa ser necessariamente inflexível. Para as autoras supracitadas:

Podemos dizer que a rotina é uma prática com diferentes ações que ocorrem em nosso cotidiano. Ela possibilita que a criança oriente-se na relação espaço/tem-

po, reconhecendo seu andamento, dando sugestões e propondo mudanças. Levando em consideração as necessidades da criança, é fundamental que dentre os elementos que compõem a rotina façam parte os horários de alimentação, higiene, escovação de dentes, calendário, chamada, roda de música, oração, momento da novidade, ajudante do dia, hora do conto, repouso, atividades lúdicas e significativas, jogos diversificados como faz-de-conta, exploração de diversos materiais, ou seja, atividades que estimulem o desenvolvimento da criança (BILÓRIA E METZNER, 2013, p.05).

De modo que o homem tem perfeitas condições de con-

tribuir com o desenvolvimento da criança, uma vez que, assim como a mulher, ele é um profissional da educação. Sua formação como pedagogo, garante que ele tem a preparação acadêmica necessária e está apto para desenvolver tais funções. A grande maioria considera que, a prática do cuidar é o limite da atuação masculina, visto que envolve o toque, uma relação próxima, como o banho. A diferenciação entre homem e mulher estão presentes nos vários ambientes escolares: as cores das salas, as fantasias de menino e de menina, as formas de brincar e os comportamentos. Criando desde cedo na mente das crianças um lugar determinado do homem e da mulher, o que provocará em consequências para a vida adulta. Sayão (2005) disserta que:

Parece-me que há uma forte tendência, de certa forma



problematizada na produção da área acerca das práticas cotidianas em creches, a conceber cuidado e educação como transposição de saberes do feminino, em parte adquiridos pelas mulheres na sua socialização primária, assim como nas experiências provenientes do universo doméstico (SAYÃO, 2005, p.123).

Levando em consideração o que foi dissertado até aqui, defende-se a hipótese a atuação masculina não deve ficar limitada ao cuidar na prática docente infantil, no entanto, esta deve ser o começo. Entretanto, para que isso aconteça, faz-se necessário desconstruir paradigmas referentes aos papéis sociais de homem e de mulher, criando espaços para que homens e mulheres te-

nam liberdade para escolher as suas carreiras profissionais orientados apenas pelos seus próprios sonhos.

O homem como professor de língua estrangeira

Atualmente, vive-se em um mundo globalizado, transnacional (SACRISTÁN, 2006). Consequentemente, o processo educacional, envolvendo língua e sociedade, precisa ser observado como um ato político, no qual educandos se tornem capazes de desenvolver uma leitura crítica das inúmeras mudanças que ocorrem em escala global (LIBÂNEO, 2006). Levando em consideração as reformas educacionais determinadas pelos PCN (1998), leis e matrizes curriculares, entende-se que a educação sofre mudanças significativas, promovendo expectativa em rela-

ção à escola e aos sistemas educativos. Em um panorama contemporâneo, os diversos níveis educacionais sentem-se encurralados, sendo levados a buscar propostas que permitam suscitar mudanças, limitados em orientações curriculares e metodológicas na formação de docentes.

Segundo Porto (2004), a formação docente será abordada neste estudo em uma concepção de inclusão do homem. Portanto, “identifica-se a formação com percurso, processo – trajetória de vida pessoal e profissional, que implica opções, remete à necessidade de construção de patamares cada vez mais avançados de saber ser, saber-fazer, fazendo-se” (PORTO, 2004, p. 13). Existe um consenso na sociedade de que o homem não seja adequado para atuar na educação infantil, contudo, parece mais aceitável que este trabalhe com o ensino de

língua estrangeira.

Visto que o ensino de línguas estrangeiras somente foi aceito como ação profissional no último século, tornando-se bem aceito que esse ensino seja realizado por homens, uma vez que o contato com as crianças é mínimo. Foi apenas em meados dos anos 30 que o Brasil que a contemporaneidade no ensino de línguas apontou seu ingresso no cenário dos países que brilham na produção mundial do conhecimento organizado para o ensino-aprendizagem de idiomas estrangeiros (ALMEIDA FILHO, 2003).

Porto (2004) defende que os docentes de língua estrangeira tenham uma formação linguística consistente em seus aspectos formais, funcionais, pragmáticos e sociolinguísticos da linguagem, haja visto que esses aspectos são indispensáveis

para o bom desempenho no ensino de língua estrangeira, uma vez que contribui para a compreensão referente ao funcionamento da linguagem, possibilitando ao professor a compreensão de que o aluno esforça-se para adquirir o conhecimento. De modo que a autora supracitada, considera imprescindível que a formação docente contemple também a forma como as línguas são aprendidas, além do conhecimento de sua disciplina, haja visto que esse conhecimento é a base que garante a autoridade docente para a prática da profissão.

Entende-se assim que o conhecimento adquirido para o ensino de língua estrangeira é o mesmo independente do gênero do docente, e, que o mais importante para que se assuma esse cargo não é seu gênero e sim sua aptidão acadêmica para desempenhar essa função. Com-

preende-se que socialmente, ainda existe certa resistência em ter-se homens atuando em salas de aula, especialmente, na educação infantil, contudo, deve-se atentar para o trabalho desempenhado pelo profissional antes de fazer uso da pesada mão do preconceito (CAMERON, 2001).

De acordo com Harmer (2002), a idade dos alunos é um fator importante a ser considerado no que diz respeito ao ensino de língua estrangeira, uma vez que pessoas de diferentes idades possuem necessidades, competências e habilidades cognitivas diferentes. Já Phillips (2003), ao fazer referência à maturidade das crianças, salienta que aspectos como a cultura, ambiente, sexo, expectativas de colegas e pais exercem influência direta no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, ao desenvolver o processo de

aprendizagem, faz-se necessário considerar além da idade, da maturidade, a abordagem utilizada, as atividades ofertadas, isto é, o professor precisa conhecer as circunstâncias em que seus alunos estão inseridos, e não somente atentar para a faixa etária.

Sendo assim, o docente sempre será mais do que apenas a figura de autoridade em uma sala de aula, caberá a este moldar as mentes das futuras gerações, assim como, acolher as gerações passadas que não tiveram as mesmas oportunidades que a geração atual desfruta, levando esses aspectos em consideração, faz-se necessário a reflexão se o gênero do docente é realmente mais importante do que a função que este desempenha no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um debate que

está longe do fim, sabe-se que os preconceitos e a divisão errônea dos papéis sociais produzem efeitos evidentes na inserção cultural. A capacidade crítica é necessária como parte integrante da vida das pessoas, visto que cotidianamente surgem novos fenômenos que precisam ser discutidos e compreendidos, esse estudo teve como objetivo levantar questionamentos tão necessários quanto presentes no cotidiano escolar e, que mesmo assim, ainda é pouco discutido, como se não fosse importante ou fosse desaparecer se não fosse falado.

O homem gradativamente está se inserindo em um espaço outrora considerado apenas feminino, entretanto, observa-se que esse movimento tende a crescer cada vez mais à medida que outros assumirem a luta contra o preconceito, existe um discurso de igualdade que

subentende-se a desigualdade, ao exclui um docente do gênero masculino de atuar em todas as etapas educacionais. Tem-se em várias propagandas midiáticas a pregação da igualdade, no entanto, ao observa-se os próprios anúncios trazem em seu corpo a demonstração de uma igualdade inconsistente, uma igualdade que se faz desigual. De fato, somos todos iguais: somos todos humanos. Contudo, ao falar de diferenças tem-se que falar de relações, de sujeitos, de espaços sociais. Levando em consideração as relações simbólicas e de poder que se desenvolvem no ambiente escolar. Uma vez que a escola não está isolada da sociedade, mas reproduz muito de suas produções.

A escola é o local em que as desigualdades devem ser trabalhadas e entendidas, ter um docente do gênero masculino não

deve ser motivo de estranheza, mas de entendimento que assim como as mulheres podem atuar em profissões ditas para homens, os homens também podem atuar em espaços, outrora, legado apenas as mulheres. Ao ensinar isso para as crianças desde cedo pode-se mostrar a elas por meio do exemplo que elas podem ser o que desejarem ser sem se preocuparem com fazer apenas o que socialmente é atribuído ao gênero delas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (2003). **Ontem e hoje no ensino de línguas no Brasil**. In: STEVENS, C. M. T. & CUNHA, M. J. C. (Org.) Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 19-34.

- BILORIA, J. F.; METZNER, A. C. **A importância da rotina na educação infantil.** Revista Fafibe On-line, São Paulo, n.6. p. 1-17, nov 2013.
- BRASIL, (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira.** Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/SEF.
- CAMERON, L. (2001). **Teaching Languages to Young Learners.** Cambridge: CUP.
- CAMPOS, M. M.; GROSBaum, M.; PAHIM, R.; ROSEMBERG, F. **Profissionais de creche.** Cadernos CEDES, n. 9, p. 55, 1991.
- CARDOSO, F. A. **Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças.** GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23. UFMG: Belo Horizonte, 2004.
- CRUZ, E. F. **A educação sexual e a formação do educador de creche e pré-escola.** São Paulo. 1996. Dissertação (Mestrado) PUC.
- HARMER, J. (2002). **The Practice of English Language Teaching.** 3.ed. Cambridge: Longman.
- LEAL, F. C. M. **A Educação Infantil e o Educar/Cuidar.** Revista P@rtes ISS 16788419. 2010.
- LIBÂNEO, J. C. (2006). **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente.** 10. ed. São Paulo: Cortez.
- LINHARES, F. R. *et.al.* **O Pedagogo-Professor na Educação**



Infantil: desafios na relação teoria e prática do cuidar e educar, 2012.

MONTEIRO, M. K. **Trajetórias na docência: professores homens na educação infantil**, 2014.

PORTO, Y. S. (2004). **Formação continuada: a prática pedagógica recorrente**. In: MARIN, A. J. (Org.) Educação continuada. 2. ed. Campinas, SP: Papirus.

PHILLIPS, S. (2003). **Young Learners**. Oxford: OUP

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil / Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF. 1998.

SACRISTÁN, J. G. (2006). **O significado e a função da educação na sociedade e na cultura**

globalizadas. In: GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (Org.) Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 41-80.

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: Um estudo de professores em creche**, 2005.